

Com a presença de todos os 81 senadores em Plenário, Senado decide acabar com ajuda de custo por trabalho extraordinário

Acaba pagamento de extras na convocação

O Plenário do Senado aprovou ontem o projeto que acaba com a ajuda de custo aos parlamentares nas convocações extraordinárias. Promulgada pelo presidente da Casa, Renan Calheiros, a medida consta da edição de hoje do *Diário Oficial* da

União. Segundo Renan, a decisão reflete "o que a sociedade quer". Para o relator da matéria em Plenário, Jefferson Péres, o país clamava "por esta medida de ordem moralizadora". Diversos senadores se manifestaram a favor do projeto. **Página 4**



Kirchner (D) conversa com Renan no Congresso: diálogo em favor da integração

Parlamento do Mercosul vai ampliar integração, diz Renan

A instalação do Parlamento do Mercosul, até o fim do ano, contribuirá para o fortalecimento da integração. O ponto de vista foi defendido pelo presidente do Senado, Renan Calheiros, ao dar boas-vindas ao presidente da Argentina, Néstor Kirchner, em visita ao Congresso Nacional. Na sessão solene, Kirchner pediu a "convergência macroeconômica" e o fim da competição interna no Mercosul, para que o bloco se transforme em instrumento de geração de empregos. **Página 8**

ner, em visita ao Congresso Nacional. Na sessão solene, Kirchner pediu a "convergência macroeconômica" e o fim da competição interna no Mercosul, para que o bloco se transforme em instrumento de geração de empregos. **Página 8**



Em dia de muito debate e votação de importantes matérias, o painel eletrônico (D) registra a presença em Plenário de todos os senadores

Plenário aprova 11 propostas

Depois de aprovar quatro medidas provisórias e dois projetos de lei que tramitavam em regime de urgência trancando a pauta, os senadores acolheram ontem mais cinco propostas. Além de acabar com o pagamento por convocações extraordinárias, votaram a licença-maternidade e paternidade para mães e pais adotivos; o reforço ao combate ao furto e ao roubo de cargas

e de veículos; o primeiro projeto de regulamentação da reforma do Judiciário; créditos suplementares de R\$ 222 milhões; abono aos militares; e a concessão de bolsas para professores do ensino básico, entre outras matérias. Mas a pauta voltou a ser trancada por duas medidas provisórias que chegaram da Câmara dos Deputados com prioridade de votação. **Páginas 3 a 5**

Projeto reforça combate ao roubo de cargas e veículos

A criação de um sistema de planejamento e ação integrado por diversos órgãos do Poder Executivo, com apoio de todos os estados, está prevista em projeto aprovado ontem pelo Plenário. A proposta só depende agora da sanção do presidente da República para virar lei. **Página 5**

Relator sugere anulação do contrato entre Caixa e GTech

O relator da CPI dos Bingos, senador Garibaldi Alves Filho, propôs ontem que o Congresso Nacional, por decreto legislativo, torne nulo o contrato entre a Caixa

Econômica Federal e a GTech do Brasil. A sugestão faz parte de relatório que considera "eivada de irregularidades" a relação contratual entre a Caixa e a empresa. **Página 6**



Garibaldi divulga relatório que será votado na quarta-feira pela CPI dos Bingos

Está marcada para terça-feira uma audiência pública com os ministros do Trabalho e Emprego, Luiz Marinho, e do Planejamento, Orçamento e Gestão, Paulo Bernardo

Comissão deve debater com ministros novo valor do mínimo

A Comissão Mista do Salário Mínimo marcou para terça-feira audiência pública com o ministro do Trabalho e Emprego, Luiz Marinho, para discutir o valor do piso salarial nacional de 2006 e a definição de uma política de longo prazo sobre o assunto. O ministro do Planejamento, Orçamento e Gestão, Paulo Bernardo, também será convidado.

O relator da comissão, senador Paulo Paim (PT-RS), defende o valor de R\$ 400, mas o governo deverá enviar ao Congresso a proposta de um salário mínimo de R\$ 350. Paim informou que se os ministros, por qualquer motivo, não tiverem condições de comparecer à audiência, a comissão irá ouvi-los nos seus respectivos gabinetes.

Em reunião ontem, o colegiado decidiu também que, além dos ministros, serão ouvidos repre-



Paim (D), ao lado de Barreto e Barelli, em reunião da Comissão Mista do Salário Mínimo

sentantes dos aposentados e das centrais sindicais. O senador Eduardo Azeredo (PSDB-MG) afirmou que a vinculação do valor das aposentadorias ao salário mínimo é um dos problemas que a comissão terá de enfrentar.

– Se o mínimo for indexador, não há solução – disse.

Azeredo propõe que o valor das aposentadorias seja reajustado de acordo com a inflação, a fim de se preservar seu valor real.

O senador Rodolpho Tourinho (PFL-BA) criticou o ministro do Trabalho, Luiz Marinho, por ter proposto que “os estados renunciem a parte dos recursos da Lei Kandir para bancar o salário mínimo”.

Na próxima reunião, a comissão deve votar o calendário de audiências que realizará nas cinco regiões. Os encontros ocorrerão em Manaus, Salvador, São Paulo, Curitiba e Campo Grande.

Renan destaca recuperação do poder de compra

O presidente do Senado, Renan Calheiros, afirmou ontem que considera razoável o reajuste do salário mínimo para R\$ 350, mas voltou a observar que a melhor remuneração é aquela que a economia puder pagar. Ele também acha significativa a desoneração dos produtos da cesta básica, matéria votada no Senado e que aguarda deliberação na Câmara.

– Já aprovamos uma comissão para que possamos ter no Brasil uma política permanente de recuperação do poder de compra do

salário mínimo – observou.

Sobre as versões divulgadas pela imprensa a respeito de almoço realizado na terça-feira na Granja do Torto, de que participou junto com os presidentes da República, Luiz Inácio Lula da Silva, e da Câmara, Aldo Rebelo, além do ministro de Relações Institucionais, Jaques Wagner, Renan fez questão de assegurar que não se tratou de eleições no encontro. Os jornais disseram que, na ocasião, foi dado o primeiro passo para um acordo entre PMDB e PT, que

começaria pelos estados.

– Vocês já sabem o que pensa o PMDB. Todas as correntes, sem exceção, querem candidato próprio – lembrou.

Diante da insistência da imprensa, Renan disse considerar impossível a possibilidade da composição política entre PT e PMDB.

Em nota divulgada ontem, Renan frisou que o almoço na Granja do Torto foi um encontro “de Poder para Poder”, sobre a pauta legislativa.

Agenda

A agenda completa, incluindo o número de cada proposição, está disponível na Internet, no endereço <http://www.senado.gov.br/agencia/agenda.aspx>

Abertura de crédito na pauta do Plenário

Uma medida provisória e um projeto de lei de conversão bloqueiam a pauta da sessão de hoje, marcada para as 14h. A MP 226/05 abre crédito extraordinário em favor dos ministérios dos Transportes, da Integração Nacional e das Cidades, no valor de R\$ 673,6 milhões. Já o projeto de conversão (PLV 1/06) dispõe sobre o seguro de crédito à exportação e autoriza cobranças judiciais e extrajudiciais de créditos da União, no exterior, decorrentes de sub-rogações de garantias de seguro à exportação honradas com recursos do Fundo de Garantia à Exportação e de financiamentos não pagos contratados com recursos do Programa de Financiamento às Exportações.

CRE debate presença brasileira no Haiti

Por iniciativa do presidente da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional (CRE), senador Roberto Saturnino (PT-RJ), o colegiado debaterá hoje, às 9h30, o futuro da presença brasileira no Haiti. Os integrantes do colegiado devem discutir a situação das tropas brasileiras naquele país, além de eventuais providências a serem tomadas.



Promotores de Justiça de Campinas falam à CPI

Às 10h30, a Comissão Parlamentar de Inquérito dos Bingos ouve Ricardo José Gasques de Almeida Silveiras e Fernando Pereira Vianna Neto, promotores de Justiça de Campinas (SP). Na mesma reunião, prestará depoimento Éder Eustáquio Macedo, motorista do Omega que, segundo matéria publicada na revista *Veja*, teria transportado, em julho de 2002, três caixas supostamente contendo dólares doados pelo governo de Cuba para financiar campanhas eleitorais do PT. As oitivas ocorrem na sala 3 da Ala Alexandre Costa.

Sub-relatoria ouve procurador-geral junto ao TCU

A partir das 10h, depõe na Sub-Relatoria de Normas de Combate à Corrupção, da Comissão Parlamentar Mista de Inquérito dos Correios, Lucas Rocha Furtado, procurador-geral de Justiça junto ao Tribunal de Contas da União (TCU). O depoimento será realizado na sala 6 da Ala Nilo Coelho.



Relatórios setoriais em exame na CMO

Os senadores que integram a Comissão Mista de Orçamento (CMO) devem se reunir hoje, às 10h, para dar continuidade ao exame dos relatórios setoriais da proposta orçamentária para 2006.

JORNAL DO SENADO

MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: Renan Calheiros
1º Vice-Presidente: Tião Viana
2º Vice-Presidente: Antero Paes de Barros
1º Secretário: Efraim Morais
2º Secretário: João Alberto Souza
3º Secretário: Paulo Octávio
4º Secretário: Eduardo Siqueira Campos
Suplentes de Secretário: Serys Slhessarenko, Papaléo Paes, Alvaro Dias e Aelton Freitas

Diretor-Geral do Senado: Agaciél da Silva Maia
Secretário-Geral da Mesa: Raimundo Carreiro Silva

COMUNICAÇÃO SOCIAL

Diretor da Secretaria Especial de Comunicação Social: Armando S. Rollemberg
Diretor de Jornalismo da Secretaria Especial de Comunicação Social: Helival Rios
Diretor do Jornal do Senado: Eduardo Leão (61) 3311-3333
Editores: Djalba Lima, Edson de Almeida, Iara Altafin, Janaína Araújo, José do Carmo Andrade e Thâmara Brasil
Diagramação: Henrique Eduardo Lima de Araújo e Iracema F. da Silva
Revisão: Eny Junia Carvalho, Lindolfo do Amaral Almeida, Miquéas D. de Moraes e Rita Avellino
Tratamento de imagem: Edmilson Figueiredo e Humberto Sousa Lima
Arte: Bruno Bazílio e Cirilo Quartim
Arquivo fotográfico: Elida Costa (61) 3311-3332
Circulação e atendimento ao leitor: Shirley Velloso Alves (61) 3311-3333

AGÊNCIA SENADO

Diretora: Valéria Ribeiro (61) 3311-3327
Chefia de reportagem: Denise Costa e Davi Emerich (61) 3311-1670
Edição: Rita Nardelli e Flávio de Mattos (61) 3311-1151
 O noticiário do *Jornal do Senado* é elaborado pela equipe de jornalistas da Secretaria Agência Senado e poderá ser reproduzido mediante citação da fonte. Impresso pela Secretaria Especial de Editoração e Publicações
Site: www.senado.gov.br - **E-mail:** jornal@senado.gov.br
Tel.: 0800 61-2211 - **Fax:** (61) 3311-3137
 Praça dos Três Poderes, Ed. Anexo I do Senado Federal, 20º andar - Brasília - DF. CEP 70165-920

PRESIDÊNCIA DA SESSÃO

A sessão de ontem do Senado Federal foi presidida pelos senadores Renan Calheiros e Efraim Morais

Senadores destrancam a pauta, acolhem diversas propostas, mas duas novas medidas provisórias voltam a obstruir as votações da Casa

Aprovados créditos suplementares de R\$ 222 milhões constantes de MPs

As quatro medidas provisórias (MPs) e os dois projetos de lei que obstruíam a pauta da Casa foram aprovados ontem pelo Plenário. Três MPs destinam créditos suplementares no valor total de R\$ 222 milhões para o atendimento de emergências relativas à seca na Amazônia, ao programa de aquisição de alimentos do governo, à urbanização em assentamentos e ao ressarcimento de prejuízos causados pela febre aftosa. As MPs vão agora à promulgação.

A MP 265/05 abre crédito extraordinário de R\$ 33 milhões para o Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento. Os recursos destinam-se a atender ações de apoio às famílias rurais afetadas pela perda de rebanho bovinos em decorrência do surto de febre aftosa ocorrido em outubro de 2005 e também para intensificação da vigilância zoonosaniária em áreas de fronteiras.

Outra MP aprovada (262/05) destina R\$ 30 milhões ao Ministério da Integração Nacional para o atendimento a famílias do estado do Amazonas que passam dificuldades em decorrência da seca que assolou a região Norte no ano passado.

Uma terceira medida (MP 264/05) destina R\$ 80 milhões ao Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome e R\$ 79 milhões ao Ministério das

Cidades. No primeiro caso, os recursos serão utilizados para a compra da safra de 40 mil agricultores familiares no âmbito do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA). Parte dos produtos adquiridos compõe cestas básicas distribuídas aos acampados da reforma agrária.

No Ministério das Cidades, os recursos serão usados na execução de obras emergenciais de urbanização em assentamentos precários.

A Medida Provisória 263/05 instituiu abono aos militares das Forças Armadas retroativo aos meses de outubro e novembro de 2005, extensivo aos beneficiários de pensão militar.

Educação básica

Também foi acolhida pelo Senado proposta que autoriza a concessão de bolsas de estudo e de pesquisa visando à formação de professores para a educação básica. Agora, o Projeto de Lei da Câmara 128/05, criado a partir de iniciativa da Presidência da República, vai à sanção do próprio presidente.

Franave

Foi ainda aprovado o projeto de lei da Câmara (PLC 129/05) que autoriza o governo federal a fazer repasses para a Companhia de Navegação do São Francisco (Franave), a fim de sanar o seu déficit de manutenção.

Em debate mudanças na tramitação de MPs

O Plenário do Senado começou a analisar a proposta de emenda à Constituição (PEC 72/05) que disciplina a edição de medidas provisórias, cujo primeiro signatário é o presidente da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ), Antonio Carlos Magalhães (PFL-BA).

Uma das modificações sugeridas é que MPs somente tenham força de lei após a aprovação pelo Congresso de seus requisitos de admissibilidade: relevância e urgência. Outro destaque é a alternância no início da tramitação das MPs entre a Câmara e o Senado. Pela regra atual, todas as medidas provisórias iniciam na Câmara.

Esse projeto é considerado pelo presidente do Senado, Renan Calheiros, um dos principais pontos a serem analisados durante a convocação extraordinária.

Medidas provisórias voltam a trancar pauta

O Senado recebeu ontem da Câmara dos Deputados duas medidas provisórias com o prazo vencido. Lidas pelo presidente Renan Calheiros, elas passaram imediatamente a sobrestar a pauta de votações da Casa. As MPs constarão da ordem do dia da sessão de hoje.

A Medida Provisória 266/05 abre crédito no Orçamento de R\$ 673 milhões. Ao Ministério dos Transportes destina R\$ 327 milhões; ao Ministério das Cidades, R\$ 315 milhões; e ao Ministério da Integração Nacional, R\$ 31 milhões.

Também tranca a pauta o projeto de conversão (PLV) 1/06, proveniente da MP 267/05, que altera o seguro de crédito às exportações. O texto obriga o Executivo a promover ações para desembaraçar o fluxo do comércio exterior.



No dia em que o Plenário começou a discutir proposta com novas regras para o exame de MPs, pauta foi mais uma vez trancada

Licença para pais adotivos vai ao exame da Câmara

O Senado aprovou ontem, em segundo turno e por unanimidade dos presentes, a proposta de emenda constitucional que estende a licença-maternidade e paternidade a mães e pais adotivos. O benefício é concedido atualmente apenas aos pais biológicos. A matéria (PEC 31/00) segue para a Câmara, onde também passará por dois turnos de votação.

O texto original previa somente a extensão do benefício às mães adotivas, mas a relatora da proposta na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ), senadora Serys Slhessarenko (PT-MT), acolheu em seu parecer emenda do senador Aloizio

Mercadante (PT-SP) prevendo a licença-paternidade em casos de adoção.

Serys pediu, em Plenário, celeridade para aprovação da PEC também na Câmara dos Deputados e lembrou que a matéria já foi amplamente discutida e é ponto pacífico entre os senadores. Mercadante disse que a medida visa estimular a participação dos cidadãos na prática da adoção.

Em defesa da proposta, a senadora Maria do Carmo Alves (PFL-SE), primeira signatária da PEC, argumenta que a licença-maternidade para adotantes é necessária para uma boa adaptação da criança ao novo lar. Acrescenta

que as mães adotivas precisam de tempo para se dedicar à criança. Ela afirmou ainda que o Regime Jurídico Único dos servidores públicos federais já concede licença remunerada para mães adotivas, de 90 dias para bebês de até um ano e de 30 dias para crianças acima dessa idade.

Também manifestaram apoio à proposta em Plenário Patrícia Saboya (PSB-CE), Heloísa Helena (PSOL-AL), Romeu Tuma (PFL-SP), Marcelo Crivella (PMR-RJ), Lúcia Vânia (PSDB-GO), José Agripino (PFL-RN), Eduardo Azeredo (PSDB-MG), Eduardo Suplicy (PT-SP) e Leonel Pavan (PSDB-SC).

Acolhido primeiro projeto que regulamenta reforma do Judiciário

O Plenário aprovou ontem o primeiro dos projetos destinados a regulamentar a reforma do Judiciário, com o propósito de simplificar e agilizar a prestação de serviços jurisdicionais.

O projeto de lei da Câmara (PLC 101/05) altera o Código de Processo Civil, autorizando os juízes a reproduzir, de forma imediata, sentenças que julguem improcedentes casos idênticos e controvertidos – desde que tratem exclusivamente de matéria de Direito – que dispensam a apresentação de provas. Nessas situações, o magistrado nem precisará citar o réu, a não ser diante de apelo do autor da ação. A matéria agora segue à sanção presidencial.

O PLC tinha sido acolhido na manhã de ontem pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ). Na ocasião, o relator da matéria, senador Aloizio Mercadante (PT-SP), ressaltou que os projetos de regulamentação da reforma resultam de um pacto entre os poderes Executivo, Legislativo e Judiciário. O resultado, disse ele, será uma prestação jurisdicional “mais rápida e republicana”.

Mercadante ainda se posicionou a favor da adoção da súmula vinculante no âmbito dos tribunais superiores – deixariam de ser submetidas a exame dos juízes pendências em que o teor já tenha sido objeto de decisão do Judiciário em diversos processos.

Proposta regulariza situação de municípios

O Senado aprovou ontem a redação final do substitutivo à Proposta de Emenda Constitucional (PEC) 12/04 – cujo primeiro subscritor é o senador Luiz Otávio (PMDB-PA) –, que exclui os municípios criados até o ano 2000 dos efeitos da Emenda Constitucional 15, de 1996.

Essa emenda determina que a criação de municípios depende de lei estadual, consulta à população e estudo de viabilidade municipal. A PEC autoriza a emancipação desses municípios, de acordo com a legislação que vigorava anteriormente.



Luiz Otávio

Acolhido pelo Plenário do Senado no dia seguinte à aprovação na Câmara dos Deputados, projeto de decreto legislativo não tem validade para a atual convocação



Ao lado de Tião Viana e Teotonio Vilela, Renan Calheiros (E) promulga medida que extingue remuneração extra aos parlamentares nas convocações extraordinárias do Congresso. Senadores se manifestam sobre a matéria

Congresso acaba com ajuda de custo nas convocações

O *Diário Oficial* da União publica hoje o Projeto de Decreto Legislativo (PDL) 60/06, promulgado ontem pelo presidente do Congresso, Renan Calheiros, que acaba com a ajuda de custo paga aos parlamentares nas convocações extraordinárias. A medida não tem validade para a atual convocação.

Relator da matéria em Plenário, o senador Jefferson Péres (PDT-AM), que apresentou parecer favorável ao PDL, disse que a aprovação do projeto foi a resposta que o Congresso tinha obrigação de oferecer à sociedade, que vinha clamando “por esta medida de ordem moralizadora”. Autor de relatório também a favor do projeto, o relator na Comissão Diretora, senador Paulo Octávio

(PFL-DF), opinou que a decisão é justa e representará economia para os cofres públicos.

Mesmo favorável à proposição, o senador Gerson Camata (PMDB-ES) criticou o fato de o Senado ter votado um projeto apresentado há poucos dias na Câmara em detrimento de outros, como um do ex-senador Paulo Hartung, que já tramita há vários anos na Casa. Para Magno Malta (PL-ES), o pagamento extraordinário nas convocações “é um descalabro que já vai tarde”. Heloísa Helena (PSOL-AL) afirmou que não é o Congresso que está de parabéns pelo fim da remuneração extra: “Quem merece elogios é o povo, pela pressão que exerceu junto aos parlamentares”.

Ney Suassuna (PMDB-PB) concordou que a pressão popular e da imprensa motivaram a aprovação da matéria, mas ele lembrou que nenhuma categoria corta privilégios se não for pressionada a isso. Amir Lando (PMDB-RO) concordou que “a vontade do povo mais uma vez se impôs”. Para Serys Slhessarenko (PT-MT), o pagamento extra “era uma vergonha”; já na avaliação de Antonio Carlos Valadares (PSB-SE) e de Alvaro Dias (PSDB-PR) o Congresso acompanhou o sentimento da população, que queria a extinção desse direito.

Imagem

“A decisão contribuirá para a recuperação da imagem do Legislativo”, avaliou Ana Júlia Carepa (PT-PA), mesmo senti-

mento manifestado pelos senadores Eduardo Suplicy (PT-SP), Sibá Machado (PT-AC), Aloizio Mercadante (PT-SP) e Ideli Salvatti (PT-SC). O senador Valdir Raupp (PMDB-RO) disse temer que a extinção da remuneração extraordinária não seja suficiente para melhorar o conceito que a população tem do Parlamento.

Os senadores Ramez Tebet (PMDB-MS) e José Agripino (PFL-RN) descartaram a hipótese de o Congresso ter aprovado a medida sob pressão da opinião pública. Eles argumentaram que, como representantes do povo, a Câmara e o Senado apenas refletiram o desejo da sociedade. Para Arthur Virgílio (PSDB-AM), Sérgio Cabral (PMDB-RJ), Maguito Vilela (PMDB-GO), Demostenes

Torres (PFL-GO), Pedro Simon (PMDB-RS) e Mozarildo Cavalcanti (PTB-RR), o corte da ajuda de custo nas convocações extraordinárias foi uma medida acertada.

Durante o debate sobre a matéria, apenas o senador Wellington Salgado de Oliveira (PMDB-MG) pronunciou-se contra a decisão, tomada em votação simbólica.

– Não sou um político de carreira, estou de passagem por esta Casa, mas ao longo do tempo tenho observado que os senadores vêm perdendo as condições de exercer seus mandatos. Temo que os próximos passos sejam tirar as verbas de Correios, de passagens aéreas e de telefone a que os parlamentares atualmente têm direito – lamentou.

Jefferson defende salário extra por convocação se recesso for de 30 dias

O senador Jefferson Péres defendeu ontem a manutenção do pagamento de salário extra em convocações extraordinárias do Congresso na hipótese de redução do período de recesso parlamentar de 90 para 30 dias. Nesse caso, disse o senador, a situação do parlamentar se equipararia à do trabalhador comum que tem direito a indenização por trabalho realizado durante período de férias.

— Sou contra o pagamento de extra pelo fato de o Congresso ter férias muito largas, de três meses. Mas o pagamento de convocação extraordinária se justificaria se as férias fossem de 30 dias. Seria a indenização justa ao servidor que interrompe suas férias para trabalhar, do mesmo modo como ocorre com empregados de quaisquer



Jefferson Péres: com férias de 30 dias, pagamento pela interrupção seria justo

empresas — argumentou ele.

O parlamentar condenou ainda a decisão do juiz Márcio de Aguiar Barbosa, da 20ª Vara Federal de Brasília, determinando a interrupção do pagamento de salários referentes à convocação extraordinária a parlamentares faltosos a partir de 16 de dezembro.

Para Renan, decisão reflete vontade da sociedade brasileira

Após a sessão de ontem, que aprovou o fim do pagamento de salário extra a parlamentares, o presidente do Senado, Renan Calheiros, afirmou em entrevista que a decisão reflete “o que a sociedade quer”.

— A sociedade quer isso? Ótimo. O Congresso reflete essa vontade e, se ela não for considerada, ele perde legitimidade — disse.

Ao comentar a convocação, Renan frisou que foi importante para acabar com uma prática política que não tinha mais sentido e que as correntes políticas precisam realizar “as mudanças que a sociedade reclama”.

Suspensa liminar que mandava cortar ponto de parlamentares

O Tribunal Regional Federal da 1ª Região deferiu ontem recurso impetrado pelo Senado Federal e suspendeu os efeitos da liminar que determinava a interrupção do pagamento de salários referentes à convocação extraordinária a parlamentares faltosos que não compareceram a partir de 16 de dezembro de 2005.

O presidente do Senado, Renan Calheiros, interrompeu o discurso do senador Arthur Virgílio (PSDB-AM) para comunicar à Casa a decisão, que foi tomada pelo juiz Carlos Augusto Pires Brandão na condição de juiz convocado, substituindo o desembargador federal Daniel Paes Ribeiro.

De acordo com o advogado-geral do Senado, Alberto Cascais, o magistrado entendeu que

havia conflito de poderes, pois o Judiciário estaria interferindo numa matéria de competência interna do Congresso Nacional. Além disso, não haveria urgência na questão que justificasse uma liminar.

A ordem para cortar o ponto dos parlamentares faltosos, enviada aos presidentes da Câmara e do Senado, partiu do juiz Márcio José de Aguiar Barbosa, em exercício na 20ª Vara Federal de Brasília em atendimento à solicitação de uma ação popular.

Na segunda-feira, Renan Calheiros havia se recusado a receber a intimação, explicando que a Constituição e o Regimento Interno da Casa já determinam que o parlamentar faltoso não receba o salário correspondente aos dias de ausência.

Aprovada pelo Plenário, proposta cria sistema de planejamento integrado por órgãos do Executivo, que contará com apoio dos estados. A idéia é facilitar a produção de provas contra os receptadores



Veículos terão mecanismos de identificação de mercadorias, por meio de código que dificultará registro falso de produtos roubados

Projeto que reforça combate a roubo de cargas vai à sanção

O Plenário do Senado Federal aprovou ontem Projeto de Lei da Câmara (PLC) 141/05 que reforça o combate ao furto e ao roubo de cargas e de veículos com a criação de um sistema de planejamento e ação integrado por diversos órgãos do Poder Executivo, com apoio e cooperação de todos os estados. A proposta, que vai agora à sanção presidencial, já havia sido aprovada, na manhã de ontem, na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ), que acolheu sugestão do senador Aloizio Mercadante (PT-SP) e agora contará com uma subcomissão para estudar o problema.

Uma das medidas previstas é a exigência, ao condutor de veículo de carga, de autorização específica para conduzi-lo quando esse não for de sua propriedade. A inobservância implicará multa ao motorista. A proposição também cria mecanismos de identificação de mercadorias, por meio de código, que dificultará o registro falso de cargas roubadas juntamente

com lotes de produtos adquiridos legalmente. A idéia é facilitar a produção de provas contra receptadores.

O projeto, de autoria do deputado Mário Negromonte (PL-BA), na prática, estabelece que o planejamento e as ações sejam coordenados pelo Sistema Nacional de Prevenção, Fiscalização e Repressão ao Furto e Roubo de Veículos e Cargas. A proposta foi aprimorada a partir das conclusões da CPI do Roubo de Cargas, presidida pelo senador Romeu Tuma (PFL-SP) em 2003. Relator da matéria na CCJ, Tuma deu parecer favorável ao projeto, assim como o senador Luiz Otávio (PMDB-PA) em seu parecer, que substituiu, em Plenário, a decisão da Comissão de Assuntos Econômicos (CAE).

Luiz Otávio saudou o projeto por tratar de “grave problema que afeta o país”. O senador Aelton Freitas (PL-MG) destacou que as medidas previstas vão proporcionar “uma melhoria da segurança

pública brasileira”. Já o senador Magno Malta (PL-ES) aproveitou para propor a criação de uma comissão permanente para tratar da segurança pública no Brasil, instância que já existe na Câmara dos Deputados.

O senador Juvêncio da Fonseca (PSDB-MS) frisou que o crime de roubo de cargas e veículos é uma “preocupação nacional” e afirmou que o Brasil não tem estrutura de segurança para combater o crime organizado. Também participaram da discussão os senadores Amir Lando (PMDB-RO), Heloísa Helena (PSOL-AL) e Antonio Carlos Magalhães (PFL-BA).

Para a implementação das medidas previstas, o projeto também determina a criação do Fundo Nacional de Combate ao Furto e Roubo de Veículos e Cargas. Entre outras ações, esse fundo deve financiar campanhas de orientação e esclarecimentos a transportadoras e veículos de cargas em relação a medidas para coibir ações criminosas.

Um novo nome para a Zona Franca

A proposta de emenda à Constituição que modifica o nome da Zona Franca de Manaus para Pólo Industrial da Amazônia Brasileira (PEC 59/04) passou ontem pela primeira sessão de discussão em segundo turno.

O projeto é de autoria do senador Arthur Virgílio (PSDB-AM),

para quem a denominação Zona Franca não reflete a importância econômica do setor.

As propostas de emenda à Constituição (PECs), antes de serem votadas, têm de passar por dois turnos de discussão: o primeiro, com cinco sessões, e o segundo, com três sessões.



Para Arthur Virgílio, nome atual não mostra importância econômica do setor

Relações Exteriores discutirá situação das tropas no Haiti

O futuro da presença brasileira no Haiti será debatido hoje, a partir das 9h30, pela Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional (CRE). A iniciativa foi tomada pelo presidente do colegiado, senador Roberto Saturnino (PT-RJ), após o crescimento do debate a respeito do tema que se seguiu à morte do então comandante da Força Militar da Missão de Estabilização das Nações Unidas no Haiti (Minustah), general Urano Bacellar.

O presidente da comissão disse que pretende ouvir as opiniões dos senadores da CRE a respeito da presença das tropas brasileiras

no Haiti, além de debater com eles eventuais providências a serem tomadas. Na sua opinião, o governo poderia promover um debate com a Organização das Nações Unidas (ONU) a respeito da missão.

– O Brasil não pode, irresponsavelmente, retirar as suas tropas, até porque esta é uma missão da ONU. Mas poderia reivindicar das Nações Unidas uma maior participação de outros países – sugere Saturnino.

Na opinião do senador, são preocupantes os crescentes custos humanos e financeiros com a presença brasileira no Haiti.



Comissão ouvirá os senadores sobre o trabalho de soldados brasileiros na missão da ONU

Raupp propõe lei para disciplinar profissão de motorista de táxi

Classificando como “silêncio imperdoável” a inexistência de legislação para disciplinar o trabalho dos motoristas de táxi, o senador Valdir Raupp (PMDB-RO) apresentou projeto de lei para regulamentar essa profissão. Sua iniciativa (PLS 175/05) aguarda decisão terminativa na Comissão de Assuntos Sociais (CAS) e, se aprovada, dará aos taxistas empregados por empresas ou proprietários individuais de táxis remuneração mínima mensal de três salários mínimos.

Segundo Raupp, esses profissionais necessitam ter reconhecidos direitos imprescindíveis para a vida nas cidades. O projeto define o taxista como o profissional que, utilizando-se de veículo automotor próprio ou de terceiros, transporta passageiros e pequenas encomendas, mediante remuneração, para os locais demandados pelos clientes e na área de atuação permitida. Também estabelece que essa profissão pode ser exercida por trabalhadores autônomos, empregados ou colaboradores.

O texto exige os seguintes requisitos para o exercício da pro-



Raupp afirma que taxistas necessitam ter reconhecidos seus direitos trabalhistas

fissão de taxista: habilitação para conduzir o veículo de categoria B, C, D ou E, conforme definido na Lei 9.503/97; aprovação em curso de direção defensiva, primeiros socorros, mecânica e elétrica básica de veículos; utilização de automóvel com as características exigidas pelas autoridades de trânsito; permissão ou alvará fornecido pelos órgãos municipais.

A nova lei também garantirá ao taxista empregado participação nos resultados da empresa que o contrata e repouso semanal remunerado. A proposta determina ainda que a jornada diária de trabalho não poderá ultrapassar 12 horas.

Relatório parcial da CPI dos Bingos, apresentado por Garibaldi Alves, propõe que decreto legislativo torne nulo o contrato entre a Caixa Econômica Federal e a GTech a partir de 14 de maio, vedando sua prorrogação



Arthur Virgílio (E) e Tião Viana conversam sobre relatório parcial, que foi divulgado por Garibaldi Alves Filho (D) na reunião da comissão presidida por Efraim Moraes

Proposto fim do contrato da Caixa com GTech

Em seu relatório parcial, divulgado ontem, o relator da CPI dos Bingos, senador Garibaldi Alves Filho (PMDB-RN), propõe que o Congresso, por decreto legislativo, torne nulo o contrato entre a Caixa Econômica Federal e a empresa GTech do Brasil Ltda a partir de 14 de maio de 2006, vedando sua prorrogação. O decreto legislativo também estipularia o prazo de 60 dias para a Caixa regularizar o cronograma de substituição da GTech no canal lotérico.

Ao justificar a proposta, Garibaldi argumenta que a relação contratual entre a Caixa e a GTech para a operação do canal

lotérico da instituição sempre se apresentou eivada de irregularidades, como ficou demonstrado amplamente, em sua opinião, durante as investigações da CPI dos Bingos.

O relatório ressalva que não apresenta qualificação das condutas do ministro da Fazenda, Antonio Palocci, do ex-deputado e ex-ministro-chefe da Casa Civil José Dirceu e do ex-dirigente da Caixa Danilo de Castro por não ter argüido essas pessoas.

— É oportuno ressaltar que a CPI ainda está investigando Palocci e Dirceu em outras linhas que não fizeram parte do presente

relatório, tais como a relação entre o jogo e o crime organizado, a lavagem de dinheiro e as máfias vinculadas a concessionários de serviços públicos como os de coleta de lixo e transporte. Investiga também o financiamento de campanhas por empresários de jogos em caixa dois — especifica o documento.

O relator decidiu encaminhar suas conclusões ao Ministério Público, ao Departamento de Polícia Federal, à Secretaria de Receita Federal e à Secretaria de Receita Previdenciária. O relatório será encaminhado ainda ao Ministério do Trabalho, ao

Ministério Público do Trabalho e ao Tribunal de Contas da União, além do Banco Central.

Qualificação criminal

Em seu relatório, Garibaldi também procedeu à qualificação criminal de 34 pessoas físicas e três pessoas jurídicas que foram investigadas durante os trabalhos da CPI, entre elas os ex-presidentes da Caixa Sérgio Cutolo dos Santos e Emílio Humberto Carazzai Sobrinho; o ex-assessor parlamentar da Casa Civil Waldomiro Diniz da Silva; o advogado Rogério Tadeu Buratti; e o atual presidente da Caixa, Jorge Mattoso.

Vista coletiva adia votação de relatório para quarta-feira

O presidente da CPI dos Bingos, senador Efraim Moraes (PFL-PB), concedeu pedido de vista coletiva ao relatório parcial que aponta indícios de irregularidades na renovação do contrato assinado entre a empresa GTech e a Caixa Econômica Federal. Divulgado ontem, o documento deverá ser votado pela comissão na quarta-feira, após análise da matéria pelos senadores.

Em entrevista à imprensa, o relator da CPI, senador Garibaldi Alves Filho, disse que a apresentação do relatório marca a conclusão da primeira fase das investigações da CPI dos Bingos. Segundo ele, o Plenário do Congresso deverá aprovar decreto legislativo que estabelece que o contrato da GTech com a Caixa não poderá mais ser prorrogado.

— A Caixa e a GTech tiveram um relacionamento que deu margem a oito anos de um contrato que nunca foi licitado. A Caixa

sempre quis direcionar as licitações. As liminares da Justiça que permitiram o andamento do contrato nunca examinaram se a instituição devia fazer licitação ou não — afirmou o relator.

Para Garibaldi, a Caixa “ficou refém” da GTech desde 1994, e essa dependência foi “extremamente prejudicial” ao banco. Caso contrário, disse ele, a instituição estaria hoje “totalmente liberada” da multinacional, que atua no ramo de apostas lotéricas.

Novos depoimentos

A CPI dos Bingos deverá tomar hoje os depoimentos de Éder Eustáquio Macedo, citado pela revista *Veja* como o motorista responsável pelo suposto transporte, em julho de 2002, de três caixas com dólares doados por Cuba para a campanha eleitoral do PT naquele ano. Também serão ouvidos os promotores de Justiça de Campinas Ricardo José Gasques e Fernando Vianna Neto.

Nota da Caixa aponta interesse político-eleitoral nas acusações

A Caixa Econômica Federal contestou, em nota, o relatório parcial da CPI dos Bingos que trata do contrato firmado entre a empresa pública e a multinacional GTech. No documento, o relator da comissão, senador Garibaldi Alves Filho, pede que o Ministério Público e a Polícia Federal tomem as providências cabíveis com relação a 34 pessoas, entre elas o atual presidente da Caixa, Jorge Mattoso, além de outros dois ex-presidentes.

Na avaliação da Caixa, o relatório apresenta vários erros de informação, parcialidade diante do não aproveitamento de análises feitas pelo Tribunal de Contas da União (TCU), além de outras distorções, configurando o documento como “um instrumento político-eleitoral”.

— A comissão, em vez de cumprir seu papel constitucional e a expectativa da sociedade brasileira de investigar de forma

isenta os assuntos de que trata, acabará por aprovar peça eminentemente política — diz o texto, que não foi assinado por qualquer dirigente da instituição.

A nota menciona o fato de o Plenário do TCU, em processo instaurado a pedido da própria CPI dos Bingos, ter considerado — em decisão unânime dos ministros no dia 13 de dezembro do ano passado — que “as providências adotadas pela atual gestão da Caixa no relacionamento com a GTech foram adequadas e permitirão, ainda este ano, que ela processe, com sistema próprio, as loterias, livrando-se da dependência tecnológica da multinacional, que se arrastava desde o ano de 1997”.

Em longo texto, a nota da instituição traz o contraponto a uma série de afirmativas do relatório do senador Garibaldi que será posto em votação na próxima quarta-feira.

CPI terá acesso a movimento bancário de Paulo Okamoto

Após a divulgação do relatório parcial sobre a renovação do contrato entre a Caixa Econômica Federal e a multinacional GTech, ontem, a CPI dos Bingos aprovou requerimento que solicita a transferência dos sigilos fiscal, bancário e telefônico do atual diretor-presidente do Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (Sebrae), Paulo Okamoto.

Autor da proposta, o senador Antero Paes de Barros (PSDB-MT) argumenta, na justificativa do requerimento, citando matéria da *Folha de S. Paulo* publicada em agosto passado, que a prestação de contas do PT, em 2003, apresenta lançamentos contábeis que indicam a concessão de empréstimos a dirigentes do partido, entre eles o presidente Lula. “Trata-se de empréstimos pessoais sem juros concedidos com dinheiro público, o que é expressamente vedado por lei. O PT justificou que o empréstimo tinha sido quitado pelo amigo e procurador do presidente Lula, o senhor Paulo Okamoto”, afirma o senador.

A comissão aprovou ainda a convocação de Roberto Teixeira para esclarecer denúncias do ex-secretário de Finanças dos municípios paulistas de Campinas e São José dos Campos, Paulo de Tarso Venceslau. Em depoimento à CPI dos Bingos na terça-feira, o economista, expulso do PT no início de 1998, afirmou que Teixeira seria o gestor de um esquema de arrecadação de recursos em prefeituras paulistas administradas pelo partido. O requerimento também é de Antero Paes de Barros.

Foi aprovado ainda pela comissão requerimento do senador Tião Viana (PT-AC) para a tomada de depoimento do delegado Edson Santi, do Departamento Estadual de Investigações Criminais do Estado de São Paulo (Deic), e do delegado José Pinto de Luna, da Polícia Federal. Os dois policiais atuaram nas investigações da morte do prefeito de Santo André, Celso Daniel.



Antero quer quebrar os sigilos de Okamoto e ouvir Roberto Teixeira



Órgão sugerido por Roseana visa desenvolver os estados da região

Roseana propõe agência para o Centro-Norte

Para dinamizar o crescimento sustentável dos estados do corredor Centro-Norte, a senadora Roseana Sarney (PFL-MA) apresentou projeto de lei autorizando o Executivo a criar uma agência de desenvolvimento para a região. O órgão ficaria vinculado ao Ministério da Integração Nacional, segundo a proposta.

Pelo projeto (PLS 373/05), a área de atuação da Agência de Desenvolvimento dos Estados do Corredor Centro-Norte (ADCN) irá abranger parte dos estados de Maranhão, Goiás, Bahia, Mato Grosso, Pará, Piauí e Tocantins. As despesas resultantes da criação da nova agência correrão por conta de dotações do Orçamento da União.

Na justificativa, Roseana explica que a região é grande produtora agrícola, sendo responsável por 52% da soja, 89% do algodão, 21% do milho e 35% do arroz produzidos no país. Ela destaca que, apesar da produção e da área plantada, a região enfrenta sérios problemas de armazenamento e escoamento da safra.

Conforme a senadora, há diversos programas fundamentais para o aumento da competitividade da região que requerem atendimento público específico. Cita, como exemplo, a pavimentação da BR-158, a conclusão da Ferrovia Norte-Sul e sua ligação com a de Carajás, a construção das eclusas de Tucuruí e Lajeado, e a implantação de um corredor multimodal de transportes para integração daquela ferrovia com as hidrovias no Araguaia e Tocantins.

– Somente uma agência de desenvolvimento especializada, que reúna conhecimento aprofundado dos problemas do Corredor Centro-Norte, pode responder a esses desafios – diz Roseana.

O projeto aguarda exame da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania e, depois, seguirá para a Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo, onde receberá decisão terminativa.

Banqueiro contesta afirmação de ex-superintendente da instituição de que financiamentos não deveriam ser pagos. Ele diz que empresário alegou incapacidade de quitar as dívidas

Salgado sustenta que Rural cobrou empréstimos a Valério

O vice-presidente do Banco Rural, José Roberto Salgado, em depoimento prestado ontem à CPI dos Correios, rebateu as afirmações do ex-superintendente da instituição Carlos Godinho de que os empréstimos ao empresário Marcos Valério eram “feitos para não pagar”. Ele disse que os dados da entrevista concedida por Godinho à revista *Época* são “inverídicos e mentirosos” e negou que o banco tenha sido usado para lavar dinheiro.

Salgado afirmou que os empréstimos concedidos às empresas SMP&B e Grafitti, de propriedade de Valério, foram cobrados em janeiro de 2005, após a quebra do Banco Santos, ocasião em que o empresário alegou incapacidade

para quitar a dívida. Valério também disse, conforme Salgado, que os recursos que obteve junto ao banco haviam sido repassados ao Partido dos Trabalhadores. O banqueiro assegurou que nunca houve renovações automáticas dos contratos, “como divulgou a mídia”.

Salgado, que depôs protegido por *habeas corpus*, sustentou desconhecer a existência de alguma conta de Marcos Valério em suas subsidiárias no exterior (Uruguai, Bahamas e Ilha Madeira) e negou a participação acionária do Banco Rural ou de seus sócios no Trade Link Bank. Ele também contestou a notícia de que a instituição tenha realizado operações com a corretora Garanhuns, acusada de

ser intermediária nos repasses do mensalão ao PL, e com a Esfort Trading, uma das empresas investigadas pela Sub-Relatoria de Fundos de Pensão.

O relator da CPI dos Correios, deputado Osmar Serraglio (PMDB-PR), considerou o depoimento pouco esclarecedor e ressaltou que, apesar das negativas, Salgado era “quem comandava, o mentor” das operações.

Uma das novidades do depoimento do vice-presidente do Banco Rural, segundo o relator, foi a utilização da expectativa de doações partidárias ao PT como garantia de pagamento para o empréstimo de R\$ 3 milhões concedido pela instituição financeira em maio de 2003.



Delcídio Amaral (C), presidente da CPI dos Correios, e Osmar Serraglio (E), relator, ouvem depoimento de José Roberto Salgado

Fruet: várias questões ficaram sem resposta

O sub-relator de Fontes Financeiras da CPI dos Correios, deputado Gustavo Fruet (PSDB-PR), disse que não ficou satisfeito com o depoimento do vice-presidente do Banco Rural. Para Fruet, os pontos-chave do esquema que se convencionou chamar de valerioduto não foram esclarecidos.

Conforme o deputado, Salgado deixou de explicar como exatamente agia Marcos Valério, que, nas palavras da própria presidente do Rural, Kátia Rabelo, seria uma espécie de “facilitador” entre o banco e o PT.

– Precisávamos saber quais seriam os interesses a serem defendidos junto ao governo e por que justamente esses empréstimos tiveram um tratamento diferenciado com relação à liberação e

à execução – observou.

Um segundo ponto, afirmou Fruet, diz respeito ao depósito na conta do publicitário Duda Mendonça no exterior, que se deu por meio de empresas que utilizaram, coincidentemente, instituições que são ligadas ao Banco Rural – Trade Link Bank, Banco Rural Europa e Banco Rural Internacional.

O deputado salientou ainda que não há uma coincidência entre os valores dos empréstimos e as quantias que foram pagas por Valério a Delúbio Soares, ex-tesoureiro do PT, e às pessoas indicadas por ele. Essas questões já foram apontadas no relatório parcial e serão encaminhadas ao Banco Central e ao Ministério Público ao final da CPI.

O relator da CPI dos Correios,

deputado Osmar Serraglio, informou que pretende concluir o relatório final em meados de março. Sua idéia inicial, como comentou, era concluir o documento ainda em fevereiro, mas a Sub-Relatoria de Fundos de Pensão, coordenada pelo deputado Antônio Carlos Magalhães Neto (PFL-BA), não conseguiria encerrar seus trabalhos até o próximo mês.

O PFL, então, passou a pressionar o relator, para que fosse cumprido o prazo regimental, que garante o funcionamento da comissão até abril. Serraglio assegurou que fará tudo o que for possível para adiantar os procedimentos, para que o relatório final possa ser discutido e votado com calma pelos parlamentares da comissão.



Simon defende exame de atos de político empossado que se torna inelegível

Simon quer mais rigor no exercício de mandato eletivo

O candidato eleito e empossado que depois for declarado inelegível terá seus atos sujeitos ao exame do poder público, se o Senado aprovar projeto de autoria do senador Pedro Simon (PMDB-RS) estabelecendo essa exigência. A proposta altera a Lei Complementar 64/90, que disciplina os casos de inelegibilidade. Segundo a iniciativa, depois de declarada a inelegibilidade do postulante a cargo público, ele não poderá registrar sua candidatura e, se já estiver eleito, será declarado nulo seu diploma.

De acordo com Simon, não há legislação disposta sobre o que acontece e quais as consequências decorrentes dos atos praticados por detentor de mandato eletivo, quando tem o registro de sua candidatura cassado, após diplomação, posse e efetivo exercício do cargo público.

Conforme a proposição, após a declaração de inelegibilidade do candidato que, eventualmente, tenha exercido mandato, os atos praticados por ele no exercício do cargo serão analisados pelo poder público competente, que decidirá sobre sua validade e eficácia, levando em conta os princípios constitucionais e legais, e o interesse da administração pública.

Para Simon, a questão essencial é determinar se “esses atos, que em essência são atos públicos de caráter administrativo ou político, devem ou não ser considerados válidos e eficazes”. Em sua opinião, tais atos precisam ser examinados pelo poder competente quanto à sua validade e eficácia, levando-se sempre em consideração o interesse público.

– Desse modo, em decisão na qual se evidencie lesão e prejuízo ao interesse público, os atos não poderão ser considerados válidos e eficazes e, portanto, deverão ser anulados – afirma.

O senador argumenta que é de “extrema importância” para a administração pública a aprovação do projeto.

Presidente argentino pede empenho na ratificação de acordos já celebrados. Renan afirma que instalação do Parlamento do Mercosul fortalecerá a integração

Desafios comuns unem brasileiros e argentinos, diz Aldo

As semelhanças e os desafios que unem brasileiros e argentinos foram destacados pelo presidente da Câmara, Aldo Rebelo (PCdoB-SP), em seu discurso de saudação ao presidente da Argentina, Néstor Kirchner. O deputado citou a luta dos dois países em busca do desenvolvimento e da integração física, política, econômica, diplomática, militar, técnica e científica. Também afirmou que a paixão pelo futebol e pela música, em vez de dividir os dois povos, os unifica.

A criação do Mercosul, pelos então presidentes José Sarney e Raúl Alfonsín, visando acelerar o processo de integração bilateral, foi lembrada por Aldo Rebelo. Ele registrou que hoje a tarefa de consolidar a aproximação entre os dois países está a cargo do próprio Kirchner e do presidente Luiz Inácio Lula da Silva.

– Essa não é uma opção, mas um destino, pois nossos países nasceram para a unidade e para o destino comum – observou.

Saturnino vê reaproximação entre os dois países



Roberto Saturnino

A visita ao Brasil do presidente argentino Néstor Kirchner pode ser considerada um “forte indício” de aproximação entre os dois países, na opinião de Roberto

Saturnino (PT-RJ), presidente da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional (CRE).

Ao avaliar a visita, o senador recordou que o relacionamento bilateral passou por momentos difíceis quando o Brasil não ofereceu o apoio esperado à renegociação da dívida do país vizinho.

Além disso, observou, o maior sócio brasileiro no Mercosul ainda procura soluções para o que chama de “assimetrias” no processo de integração.

– Se quer desenvolver o Mercosul, o governo brasileiro tem que ser mais generoso com a Argentina e reconhecer que há, sim, assimetrias – recomenda Saturnino, otimista também em relação ao ingresso da Venezuela no bloco econômico.



O chefe de Estado argentino foi recebido pelos presidentes do Senado, Renan Calheiros, e da Câmara, Aldo Rebelo, em sessão solene

Kirchner defende convergência e fim de competições no Mercosul

Em discurso na sessão solene do Congresso realizada ontem no Plenário do Senado, o presidente da Argentina, Néstor Kirchner, elogiou a integração capitaneada por Brasil e Argentina no Mercosul e defendeu a consolidação do bloco como “opção estratégica”, para “ampliar a voz nos fóruns multilaterais” e fortalecer as políticas externas dos dois países.

Ele enfatizou a necessidade de resolver prontamente as pendências da agenda bilateral, advertindo que o contexto internacional passa por “uma etapa de sérias definições”, sem citar expressamente a Área de Livre Comércio das Américas (Alca), e ressaltou os objetivos comuns de Brasil e Argentina.

Parlamento comum ajuda integração, afirma Renan

Manifestando profunda satisfação em recepcionar o presidente argentino, Néstor Kirchner, o presidente do Senado, Renan Calheiros, exaltou em seu discurso o compromisso do Brasil com a aliança estratégica que vem sendo construída com a Argentina ao longo dos últimos 20 anos. Ele ressaltou que mesmo nos momentos de maior descrença no aprofundamento dessa aliança, o Congresso Nacional não deixou de acreditar e de apostar no caminho escolhido pelos dois países.

Renan lembrou que essa aliança viveu momentos de euforia, mas também experimentou o desalento, quando as crises financeiras da virada do século trouxeram efeitos negativos sobre o comércio e sobre os investimentos de lado a lado.

– A única área de livre comércio que aceitamos é a que traz benefícios para todos – disse.

O presidente enumerou os pontos coincidentes da política externa dos dois países, como na reunião da Organização Mundial do Comércio (OMC) em dezembro, em que estiveram do mesmo lado, e o rompimento de ambos com o Fundo Monetário Internacional (FMI).

Kirchner também pediu a convergência macroeconômica e o fim da competição interna no Mercosul, principalmente na indústria e na agropecuária, para que o bloco se transforme em “política de geração de empregos”. Citou a entrada da Venezuela e a criação de políticas para

as pequenas e médias empresas e para “uma indústria automotiva competitiva” como importantes passos futuros.

Ele propôs a criação do Parlamento do Mercosul e pediu empenho no processo de ratificação parlamentar de acordos já celebrados, para que possam entrar em vigor.

Néstor Kirchner chegou pontualmente às 16h30. Foi recebido à entrada do Salão Negro pelos presidentes do Senado, Renan Calheiros, da Câmara, Aldo Rebelo, e por líderes partidários das duas Casas. O presidente da Câmara dos Deputados da Argentina, Alberto Balestrini, estava na comitiva do presidente argentino.

os seus aspectos, aprovando os projetos bilaterais e do Mercosul submetidos ao Legislativo.

– Saudamos, assim, com grande entusiasmo, a aprovação, pelos presidentes da Argentina, Brasil, Paraguai e Uruguai, do Protocolo Constitutivo do Parlamento do Mercosul, que visa aprofundar nossa integração política. Estamos convencidos de que a sua instalação, até o final deste ano, seguramente contribuirá para o fortalecimento da região – frisou.

Renan disse ainda acreditar que a integração entre os dois países constitui parte fundamental do amadurecimento político do continente e permitirá que a comunidade sul-americana tenha mais progresso, mais justiça social e mais confiança em suas possibilidades e capacidades.

Na bagagem, uma economia em recuperação

Quase três anos depois de assumir o comando de um país em profunda crise econômica e política, o presidente da Argentina traz na bagagem de sua visita oficial ao Brasil o maior crescimento do produto interno bruto (PIB) de seu país em cem anos – uma expansão de 29,5% de 2003 a 2005.

Em 2006, no lugar dos 8,6% registrados em 2005, espera-se um crescimento de 4,2% do PIB. Mesmo assim, o índice supera o previsto para o Brasil – aproximadamente 3,5% – e os 4% aguardados para o Uruguai. Entre os sócios do Mercosul, apenas o Paraguai, com previsão de 4,8%, poderá ter índice de crescimento econômico superior ao da Argentina.

O forte crescimento ainda pode ser considerado um movimento de recuperação, depois da grave crise que o país atravessou durante o governo do presidente Fernando de la Rúa. Eleito em 1999, após dez anos de mandato do peronista Carlos Menem, de la Rúa não conseguiu reverter a difícil situação econômica do país, onde o desemprego já superava 20% ao final de 2001.

O agravamento da crise provocou desconfiança no sistema financeiro, o que motivou grandes saques nos bancos. Sucessivas manifestações populares acabaram levando de la Rúa a renunciar ao cargo. Em janeiro de 2002, o ex-presidente Eduardo Duhalde foi indicado pelo Congresso para terminar o mandato do presidente de la Rúa. Um ano depois, Duhalde apoiou para sua sucessão o então candidato Kirchner, que recebeu 22% dos votos no primeiro turno, mas acabou eleito depois da desistência de Menem, que havia obtido 24% dos votos.

Desde o primeiro ano de mandato, Kirchner empenhou-se no processo de renegociação da dívida argentina, primeiramente com organismos multilaterais como o Banco Mundial e depois com investidores privados. O processo de reestruturação da dívida começou em meados de 2004, com forte deságio nos preços dos títulos argentinos.

A partir de então, a recuperação da economia motivou a queda do desemprego para aproximadamente 12% no ano passado. A inflação, porém, voltou a subir, chegando a 12,3% em 2005.